

Intervenção proferida pelo Deputado Regional Luís Rendeiro na Sessão Plenária de Novembro de 2012 – Ambiente e Ordenamento do Território

Exma. Senhora Presidente da Assembleia

Exmos. Senhores Deputados

Exmo. Senhor Presidente do Governo

Emos. Senhores Membros do Governo

Na minha primeira oportunidade de intervenção como Deputado nesta casa, gostaria de também começar por saudar, na pessoa da Exma. Senhora Presidente da Assembleia, todos as Senhoras e Senhores Deputados eleitos nesta X Legislatura da Região Autónoma dos Açores.

Do mesmo modo, saúdo o Senhor Presidente do Governo e, na sua pessoa, os restantes membros do Executivo, felicitando-vos pelo resultado eleitoral obtido e fazendo sinceros votos para que estejam à altura da especial responsabilidade que vos foi atribuída pelo povo Açoriano.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Ambiente o Ordenamento do Território são áreas de grande e sempre crescente complexidade. Preocupa-nos o

facto de o Programa do XI Governo continuar a apresentar uma excessiva compartimentação que pode atrapalhar a governação e prejudicar os cidadãos.

Quanto aos grandes e concretos problemas ambientais da Região, infelizmente este Programa de Governo fica apenas pelas intenções ou generalidades.

As alterações climáticas globais são cada vez mais intensas e potenciadoras de catástrofes naturais. Com elas, os cada vez mais frequentes e graves problemas com enxurradas e aluimentos de terras.

O estado de instabilidade das nossas arribas e falésias obriga a uma atenção constante e a intervenções preventivas em muitos dos casos.

É necessário intervir nas verdadeiras bombas-relógio geológicas que os Açores têm. É necessário dar mais meios às juntas de freguesia para poderem actuar nas ribeiras.

Protecção da natureza e protecção civil devem andar, cada vez mais, de mãos dadas nos Açores. Há aqui questões que a nova orgânica do governo irá afectar.

Há casos em que é imprescindível continuar a impedir a construção e outros onde é obrigatório equacionar a demolição de estruturas já existentes e em risco potencial.

O mesmo vale para os acessos aos aglomerados populacionais.

A conservação e a valorização do ambiente dos Açores têm de ser sempre vistas como uma oportunidade e nunca como um espartilho ao desenvolvimento da Região. À valorização ambiental, é preciso acrescentar a componente de geração de riqueza. Há que cuidar do ambiente e ao mesmo tempo saber usá-lo em proveito dos Açores e dos Açorianos, gerando mais-valias e criando empregos.

Podemos ter o melhor ambiente do mundo mas se ninguém o vier cá visitar, e se não o pudermos “consumir” ou “vender” a ninguém, nunca teremos uma população verdadeiramente comprometida com a preservação e/ou valorização ambiental.

No que à praga das térmitas diz respeito, chegámos a um ponto de não retorno. É preciso mais do que prevenção e sensibilização. São precisas medidas concretas de financiamento para a recuperação dos imóveis que estão em risco de ruína e que já são em números terríveis. As ajudas que existem são escassas, o processo é altamente burocrático e a inutilidade do que está em vigor é tão

grande que raros são os proprietários que recorrem a esses apoios.

Isto é um problema tem de ser enquadrado com uma correcta política de reabilitação urbana na Região.

Quanto aos resíduos, falta o mais importante que é a construção e entrada em funcionamento dos centros de tratamento de resíduos da Terceira e de S. Miguel. Há fundos comunitários, mas também há o problema da capacidade de endividamento das autarquias para fazerem face à sua parcela de responsabilidade nos respectivos centros de tratamento.

O PEGRA prevê que Terceira e S. Miguel recebam resíduos de outras ilhas, mas as autarquias de S. Miguel e Terceira estão de mãos atadas, e sem capacidade para o implementar. Falta pois criar as condições para construir os centros de tratamento de resíduos mais importantes dos Açores.

Há que ter a coragem de implementar a máxima do “poluidor-pagador”, bem como a do “protector-beneficiário” em tudo o que for política de ambiente nos Açores.

Quanto às bacias hidrográficas e às lagoas, com especial destaque para as lagoas de S. Miguel, dizer que se vai

“concluir o processo de recuperação das lagoas” parece-nos um pouco excessivo...

Neste caso das lagoas, como em todos os outros ligados ao ambiente, há um potencial de conflitualidade de interesses com a agricultura. O grande “polícia” da agricultura tem sido o ambiente. Receamos que se possam gerar mais alguns conflitos com esta orgânica.

Continua a haver problemas com a quantidade e qualidade dos recursos hídricos dos Açores, sobretudo nos períodos mais secos do ano. Há ilhas onde esta situação continua a ser de grande preocupação, com a água a ser ainda um

bem escasso, faltando às pessoas, à agricultura e a outras actividades económicas.

Por fim, mas não menos importante, não queria deixar de salientar a ausência de referências neste programa, acerca da contaminação com combustíveis (e necessidade de descontaminação) do aquífero-base na Praia da Vitória.

Independentemente das responsabilidades e competências dos diversos intervenientes no problema, quem governa os Açores tem de defender todas as ilhas e os respectivos interesses. Não nos podemos limitar nem demitir, atirando responsabilidades para outros, como demasiadas vezes acontece.

Está nas vossas mãos mudar de rumo.

Os contributos do PSD-Açores estarão sempre ao dispor
dos Açorianos.

Disse.

Luís Rendeiro